

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Prestação de Contas
Anual Simplificada
2016

Governador
Rui Costa

Secretário da Fazenda
Manoel Vitório da Silva Filho

Subsecretário da Fazenda
João Batista Aslan Ribeiro

Chefe de Gabinete
Adriano Tadeu Oliveira Guedes Chagas

Superintendente de Administração Financeira
Antônio Humberto Novais de Paula

Coordenador Geral de Planejamento,
Acompanhamento e Controle Financeiro
Roberval Lopes Lima

Diretor da Contabilidade Pública
Manuel Roque dos Santos Filho

Diretor do Tesouro
Arlindo Luiz de Santana Júnior

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Prestação de Contas Anual Simplificada 2016

SECRETARIA DA
FAZENDA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

capítulo 1 O que é a Prestação de Contas Anual? / 6

capítulo 2 Os Tributos e o Gasto Público / 8

capítulo 3 Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas? / 14

capítulo 4 O que é o orçamento público? / 16

capítulo 5 O que são receitas orçamentárias? / 18

capítulo 6 O que são despesas orçamentárias? / 22

capítulo 7 Como se dá a classificação funcional da despesa orçamentária? / 26

capítulo 8 O que é o Balanço Orçamentário? / 30

capítulo 9 Como se dá a análise do Balanço Orçamentário? / 32

capítulo 10 O que é o Balanço Financeiro? / 36

capítulo 11 O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa? / 40

capítulo 12 O que é o Balanço Patrimonial? / 42

capítulo 13 Como é dividido o Balanço Patrimonial? / 44

capítulo 14 O que são Variações Patrimoniais? / 52

capítulo 15 Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais? / 54

capítulo 16 De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial? / 56

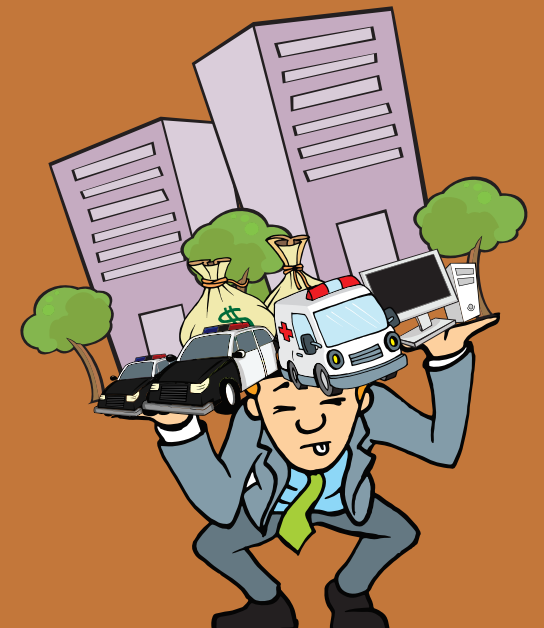
capítulo 17 O que é a Provisão Matemática Previdenciária? / 60

capítulo 18 Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF / 62

capítulo 19 O que é a Dívida Pública? / 64

capítulo 20 O que é Balanço Econômico? / 68

Equipe Técnica / 72



O que é a Prestação de Contas Anual?



Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...).”

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados, sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

CAPÍTULO 2

Os Tributos e o Gasto Público



Para melhor entendimento da Prestação de Contas do Estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

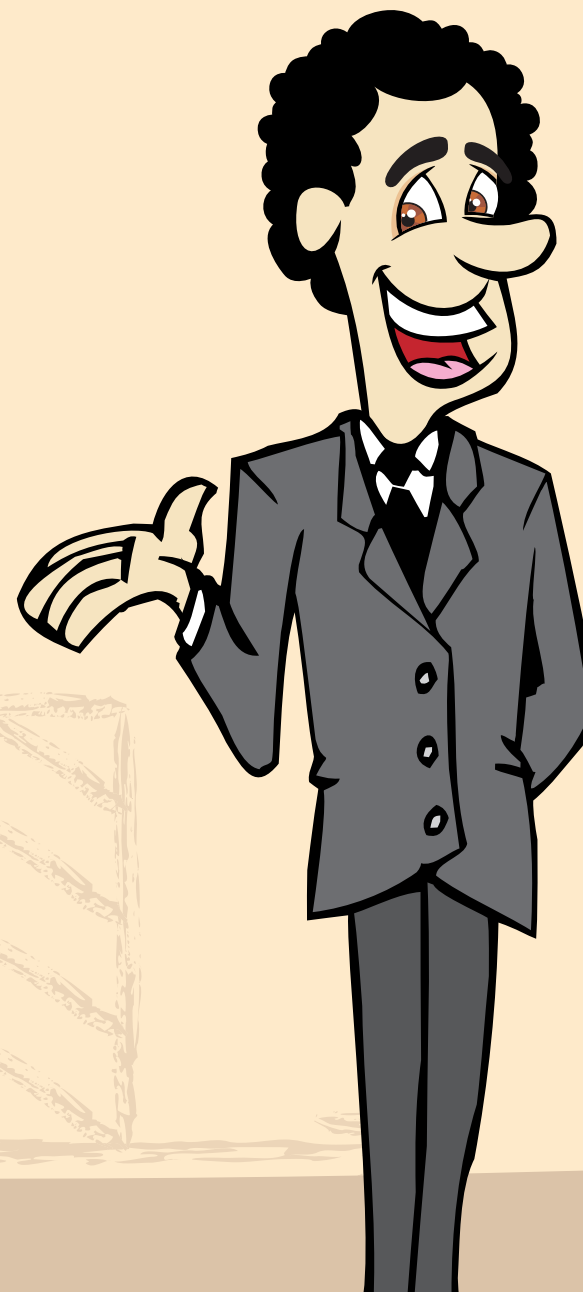
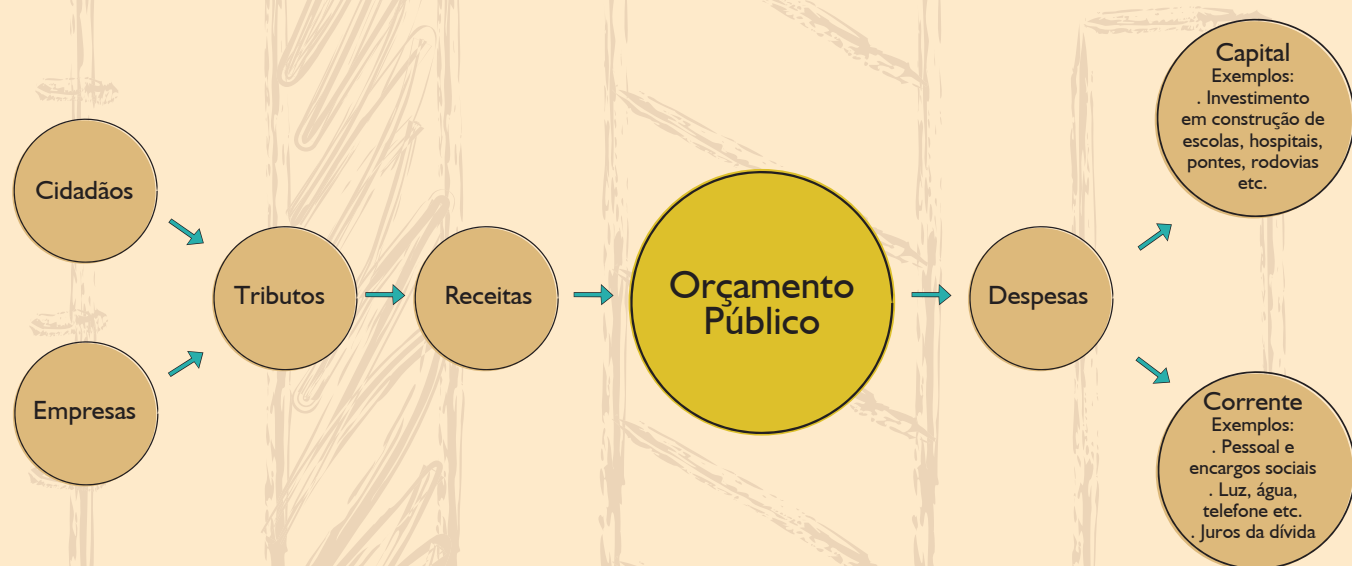
O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o pagamento de tributos que viabiliza todos os bens e serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes. De unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

Impostos, taxas e contribuições: qual a diferença?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições, os principais tipos de tributos. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

Imposto – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado



em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

Taxa – O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

Contribuição de melhoria – É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

Empréstimo compulsório – Apenas a União pode instituir empréstimos compulsórios em situações como atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

Contribuições sociais – Podem ser instituídas pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios para custeio de sistemas de previdência e segu-



ridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e a assistência social. São exemplos: PIS/PASEP, COFINS e INSS.

• **Principais tributos dos Estados e do Distrito Federal**

ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados, etc.

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

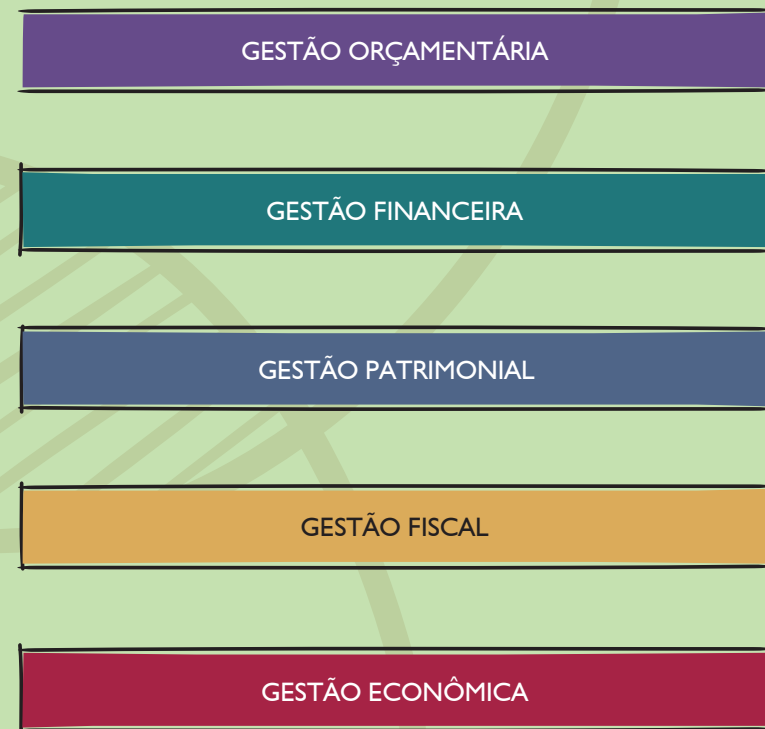
ITD – Imposto sobre a Transmissão de *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.

Como é dividido
o Relatório
da Prestação
de Contas?



O Relatório da Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:



CAPÍTULO 4

O que é o
orçamento
público?



O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2016 foi aprovado pela Lei nº 13.470, de 30 de dezembro de 2015.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos, pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.

O que são receitas orçamentárias?



Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recursos financeiros que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

RECEITAS CORRENTES

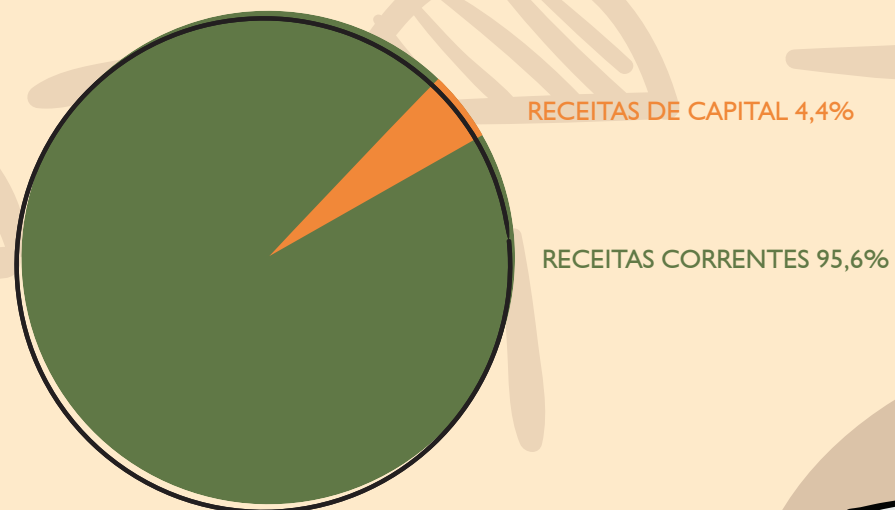
São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo poder público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, do recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, e de recursos oriundos de operações de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos.

Em 2016, as receitas correntes representaram 95,6% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

GRÁFICO 01 RECEITAS REALIZADAS



Fonte: FIPLAN

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES

PREVISÃO ATUALIZADA



REALIZAÇÃO 100,5%



RECEITAS DE CAPITAL

PREVISÃO ATUALIZADA



REALIZAÇÃO 36%



Fonte: FIPLAN

O total de receitas correntes chegou a 100,56% do previsto, alcançando o montante de R\$ 40.200.250 mil. As receitas de capital totalizaram 35,8% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito.



O que são despesas orçamentárias?



Todo recurso que sai dos cofres do governo é considerado um dispêndio. As despesas orçamentárias estão classificadas quanto à sua categoria econômica como despesas correntes ou despesas de capital.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

São aquelas que dependem de autorização legislativa para serem realizadas, nos termos da legislação orçamentária, e dentro dos limites dos créditos orçamentários, com vistas a realizar suas competências institucionais.

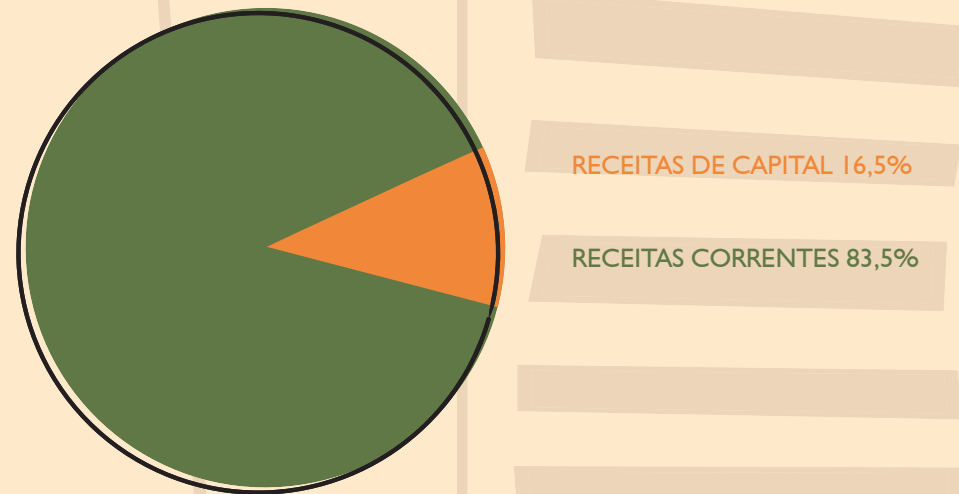
DESPESAS CORRENTES

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

DESPESAS DE CAPITAL

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

GRÁFICO 02 COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA – 2016



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

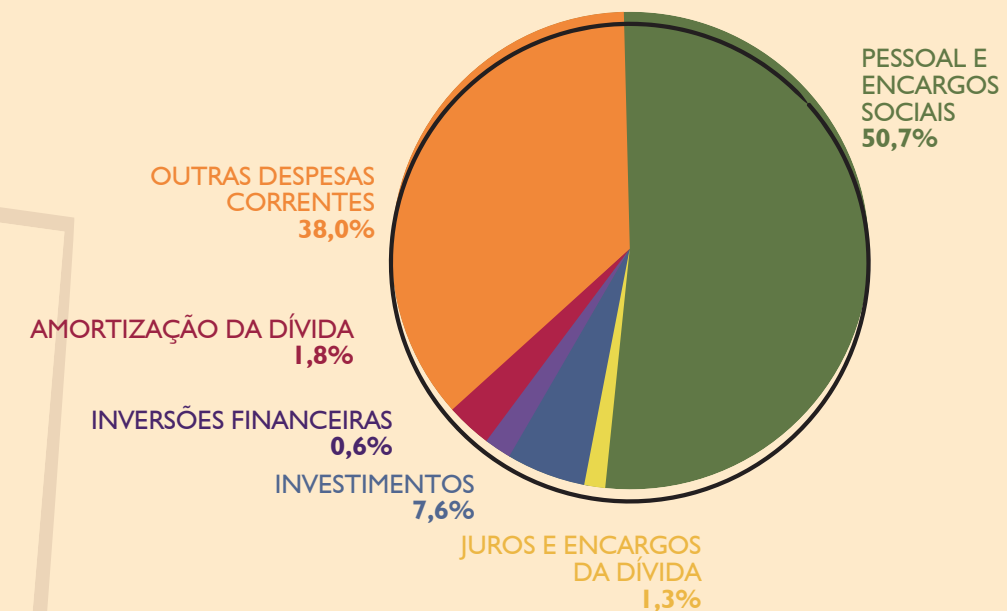
Em 2016, das despesas orçamentárias do Estado, 83,5% foram despesas correntes.

GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros e encargos da dívida;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos órgãos e entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

GRÁFICO 03 COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA – 2016



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

Em 2016, o Estado gastou com investimentos 7,6% de suas despesas, totalizando R\$ 3.241.531 mil. A despesa total do Estado realizada alcançou o valor de R\$ 42.762.117 mil.



Como se dá a classificação funcional da despesa orçamentária?



Além da classificação por natureza, a despesa orçamentária é segregada no orçamento por funções, que demonstram os gastos nas diversas áreas sociais de atuação do governo.

DESPESAS POR FUNÇÃO PREVISTAS X REALIZADAS (DESPESAS DE INVESTIMENTO)

SEGURANÇA PÚBLICA

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 395.379 MIL

REALIZAÇÃO 66%



R\$ 259.410 MIL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 59.064 MIL

REALIZAÇÃO 39%



R\$ 22.732 MIL

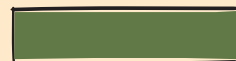
SAÚDE

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 490.266 MIL

REALIZAÇÃO 38%



R\$ 188.351 MIL

EDUCAÇÃO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 203.672 MIL

REALIZAÇÃO 12%



R\$ 23.818 MIL

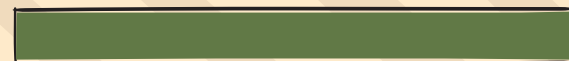
CULTURA

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 27.556 MIL

REALIZAÇÃO 76%



R\$ 20.887 MIL

SANEAMENTO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 666.722 MIL

REALIZAÇÃO 38%



R\$ 249.952 MIL

TRANSPORTE

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 695.360 MIL

REALIZAÇÃO 34%



R\$ 238.211 MIL

URBANISMO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 2.728.449 MIL

REALIZAÇÃO 54%



R\$ 1.470.933 MIL

GESTÃO AMBIENTAL

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 34.413 MIL

REALIZAÇÃO 52%



R\$ 17.951 MIL

As funções de maior representatividade na execução foram: *Urbanismo, Saneamento e Transporte*, totalizando R\$ 3.423.809 mil em 2016.

25%

O que é o Balanço Orçamentário?



O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

É apresentado também, nesse demonstrativo, o comportamento dos restos a pagar processados e não processados.

TABELA 01 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO – 2016

Valores em Real

ESPECIFICAÇÃO	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Receitas Correntes ⁽³⁾	44.754.561.609	44.968.926.907	214.365.298	100,48%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-4.777.063.450	-4.768.676.669	8.386.781	99,82%
Receitas Correntes Retificadas (A) ⁽²⁾	39.977.498.159	40.200.250.237	222.752.078	100,56%
Receitas de Capital (B)	5.153.183.551	1.845.556.542	-3.307.627.009	35,81%
SOMA I (A + B)	45.130.681.710	42.045.806.779	-3.084.874.931	93,16%
	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Despesas Correntes (C)	40.770.940.743	38.481.711.012	2.289.229.730	94,39%
Despesas de Capital (D)	8.059.212.050	4.280.406.261	3.778.805.789	53,11%
Reserva de Contingência (E)	3.791	0	3.791	
SOMA II (C+D+E)	48.830.156.584	42.762.117.274	6.068.039.310	87,57%
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		-716.310.495		
TOTAL		42.045.806.709		

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

(1) Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão.

(2) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(3) As Receita Intraorçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas Correntes.

Os restos a pagar são despesas que foram empenhadas pelos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos do Estado, mas não foram pagas ao final do exercício financeiro.

Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?



A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2016, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 3.084.874 mil, ou seja, apenas 93,16% da receita prevista foi realizada.



COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

ATENÇÃO: O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2016, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 6.068.039 mil.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

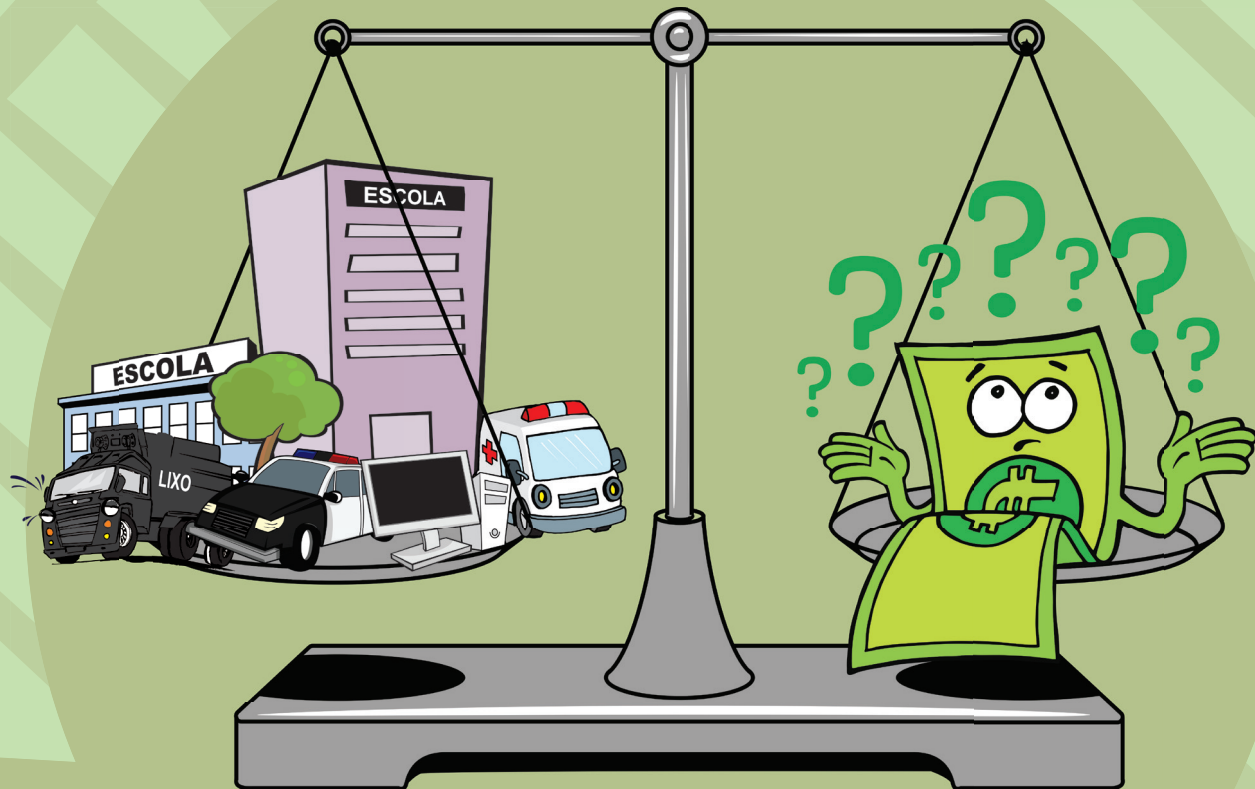
O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

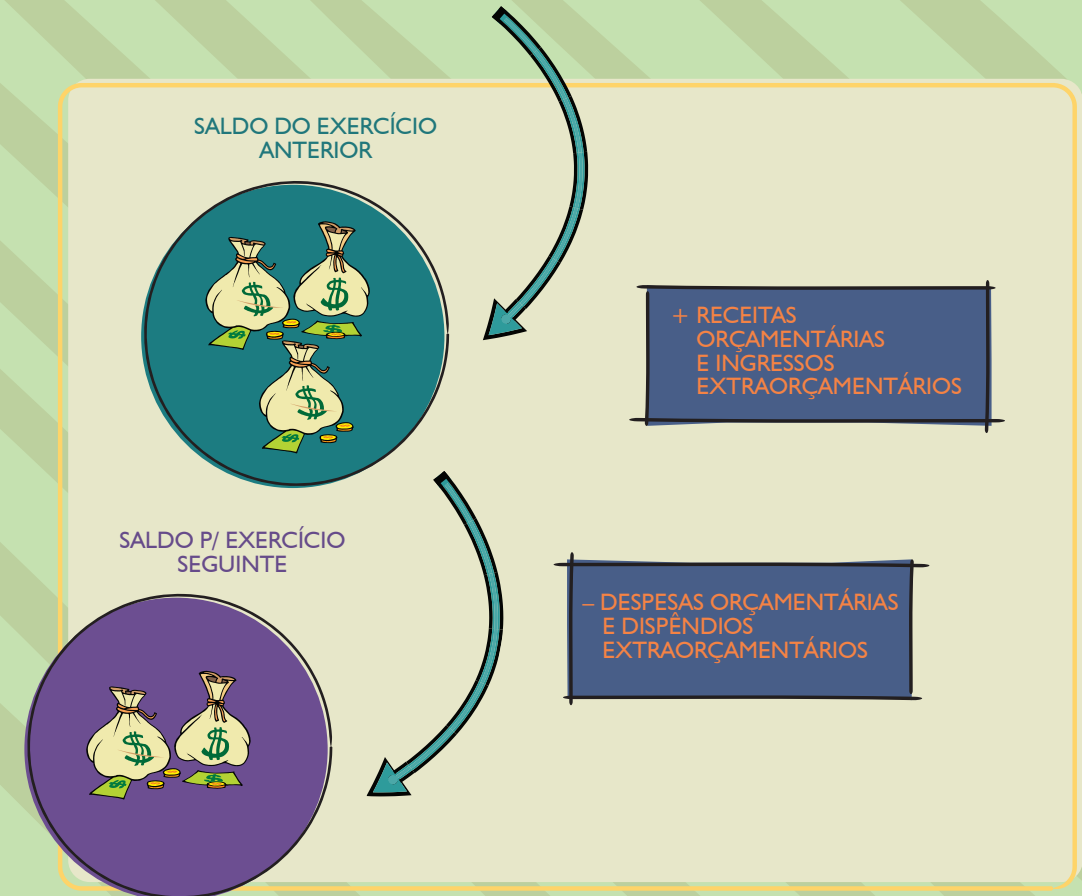
Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 42.045.806 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 42.762.117 mil, ocorreu um déficit orçamentário no valor de R\$ 716.310 mil.

O que é o Balanço Financeiro?



O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

TABELA 02 BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO – 2016

Valores em Real

DISCRIMINAÇÃO	Ingressos	Dispêndios
Ordinárias	16.662.177.785	14.997.085.696
Vinculadas	22.113.973.854	24.496.011.127
Orçamentários	38.776.151.639	39.493.096.824
Transferências Financeiras	75.033.243.386	75.051.869.913
Extraorçamentários	1.185.481.281	2.309.803.355
Saldo do Exercício Anterior	6.907.502.411	
Saldo para o Exercício seguinte		5.047.608.627
TOTAL Balanço Financeiro	121.902.378.718	121.902.378.718

Fonte: FIPLAN / SEFAZ



O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa?



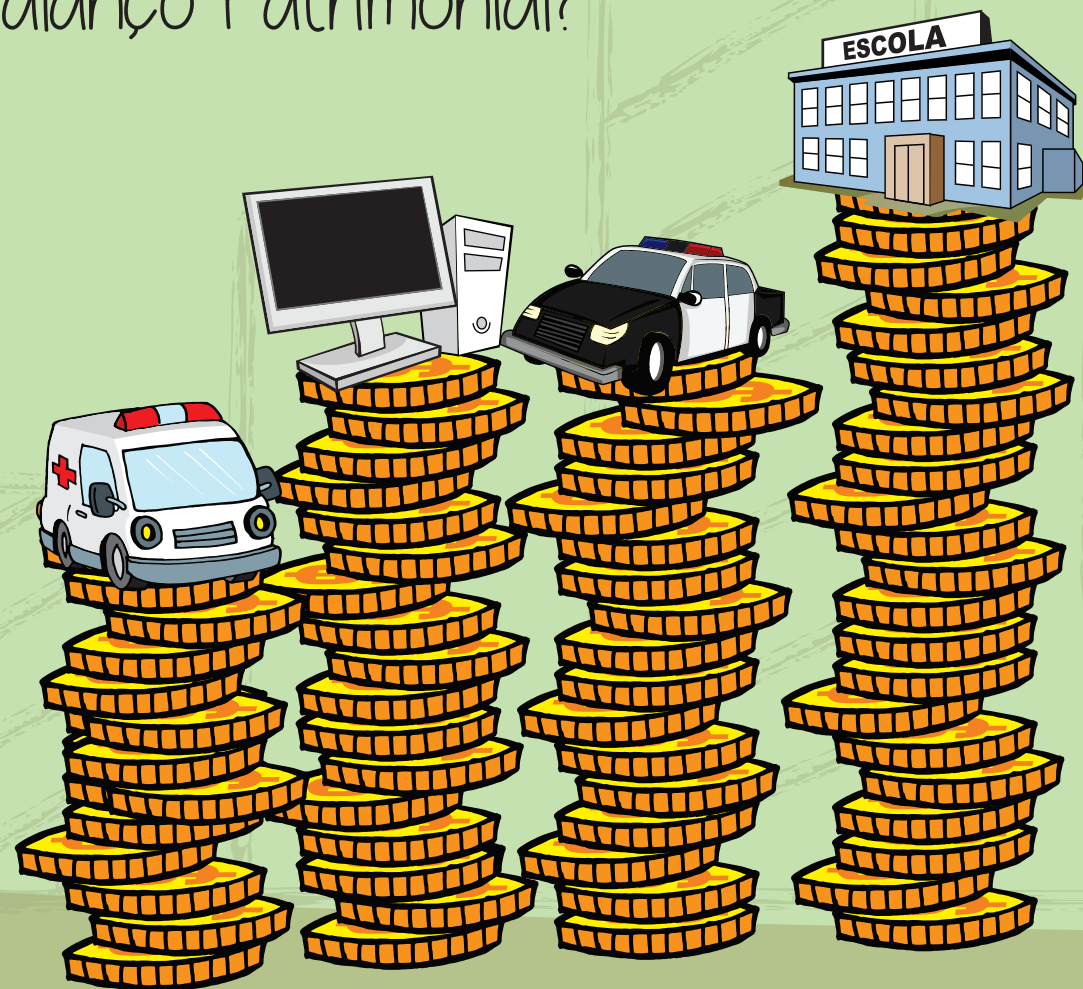
A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra como o Estado gera e usa seu caixa e equivalentes de caixa, segregando suas entradas e saídas com base na natureza dos fluxos de ingressos e desembolsos, classificados em fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos que são obtidos excluindo-se as contas de receitas e despesas intraorçamentárias. Nos ingressos dos fluxos as receitas são apresentadas líquidas de suas respectivas deduções.

TABELA 03 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS FLUXOS DE CAIXA – 2016 Valores em Real

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Fluxo das Atividades Operacionais	
Ingressos	36.931.873.306
Desembolsos	35.752.799.514
Fluxo Líquido das Atividades Operacionais (I)	1.179.073.792
Fluxo das Atividades de Investimentos	
Ingressos	179.823.949
Desembolsos	3.093.380.463
Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-2.913.556.514
Fluxo das Atividades de Financiamentos	
Ingressos	1.665.732.592
Desembolsos	1.099.320.808
Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos (III)	566.411.785
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+ II + III)	-1.168.070.937
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.776.637.602
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	4.608.566.665

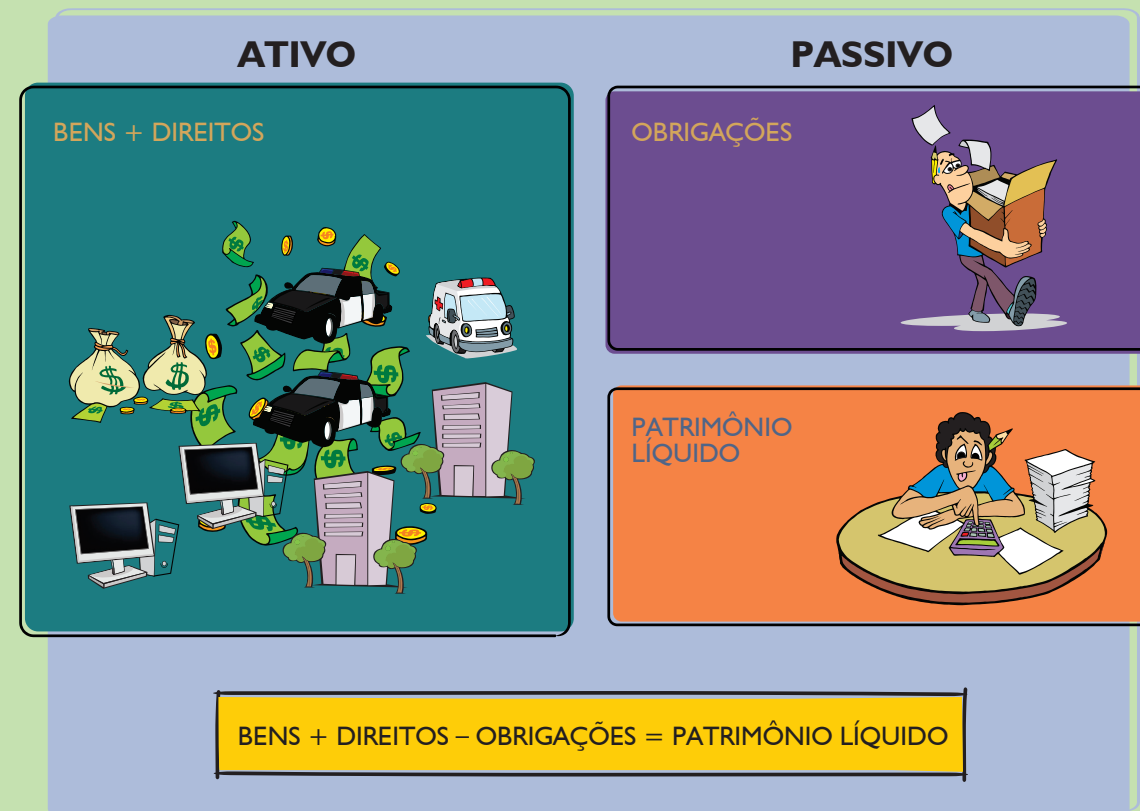
Fonte: FIPLAN / SEFAZ

O que é o Balanço Patrimonial?



É o demonstrativo contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos), menos o total do **passivo** (obrigações) resulta no **patrimônio líquido**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



Como é dividido o Balanço Patrimonial?



O Balanço Patrimonial deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com o **quadro principal** formado pelo ativo em circulante e não circulante, passivo em circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além das contas do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de **quadros auxiliares** que apresentam os valores de ativos e passivos financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2016 está demonstrado a seguir:

TABELA 04 BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em Real

ATIVO	2016	AV ⁽¹⁾	PASSIVO	2016	AV ⁽²⁾
Ativo Circulante	7.866.506.046	25,37%	Passivo Circulante	6.242.627.331	3,01%
Ativo não Circulante	23.138.440.872	74,63%	Passivo não Circulante	201.121.134.660	96,99%
			Total Passivo	207.363.761.990	100,00%
			Líquido Total do Patrimônio Líquido	-176.358.815.072	100,00%
TOTAL	31.004.946.918	100%	TOTAL	31.004.946.918	100%
Ativo Financeiro	5.493.202.208		Passivo Financeiro	1.427.607.723	
Ativo Permanente	25.511.744.711		Passivo Permanente	205.936.154.268	
			Saldo Patrimonial	-176.358.815.072	
TOTAL	31.004.946.918		TOTAL	31.004.946.918	
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2016		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2016	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	175.195.262		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	54.280.298.900	
TOTAL	175.195.262		TOTAL	54.280.298.900	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Ativo

⁽²⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Passivo

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total, no valor de R\$ 31.004.946 mil, que deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 207.363.761 mil, resultou em um patrimônio líquido negativo de R\$ 176.358.815 mil. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superam os bens e direitos da administração pública. Isto ocorreu, principalmente, devido à influência das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, a maior parcela em relação às provisões a longo prazo existentes no Estado da Bahia.

ATIVO E PASSIVO

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.

CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**.

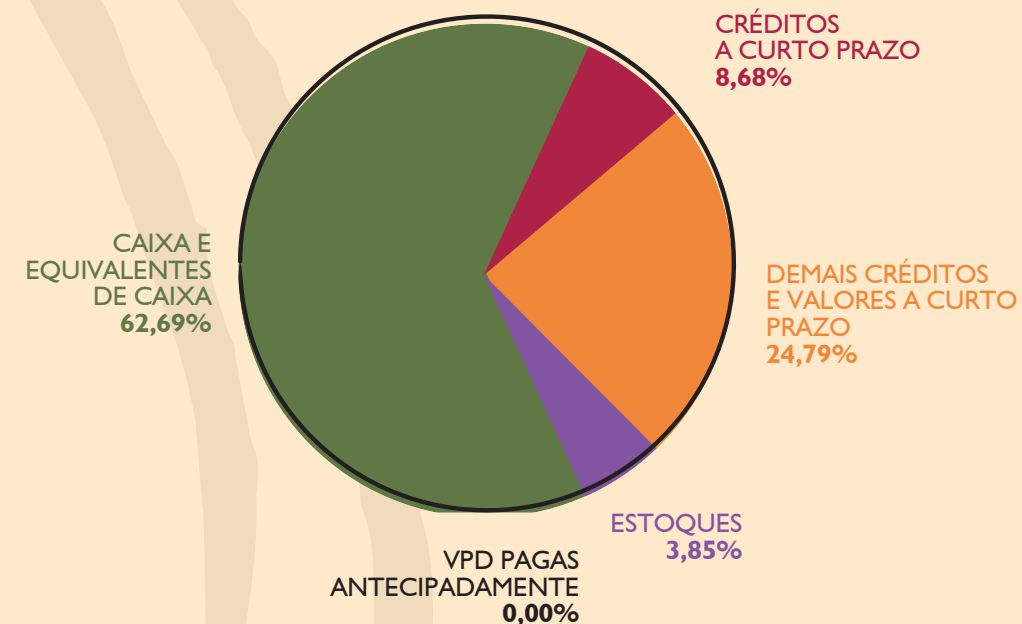
Os **passivos** devem ser classificados como **circulantes** quando corresponderem:

- a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

No ano de 2016, as **composições gráficas do ativo e passivo**, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, o caixa e equivalentes de caixa representam 62,69% do total do ativo circulante, única parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar.

GRÁFICO 04 COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE – 2016

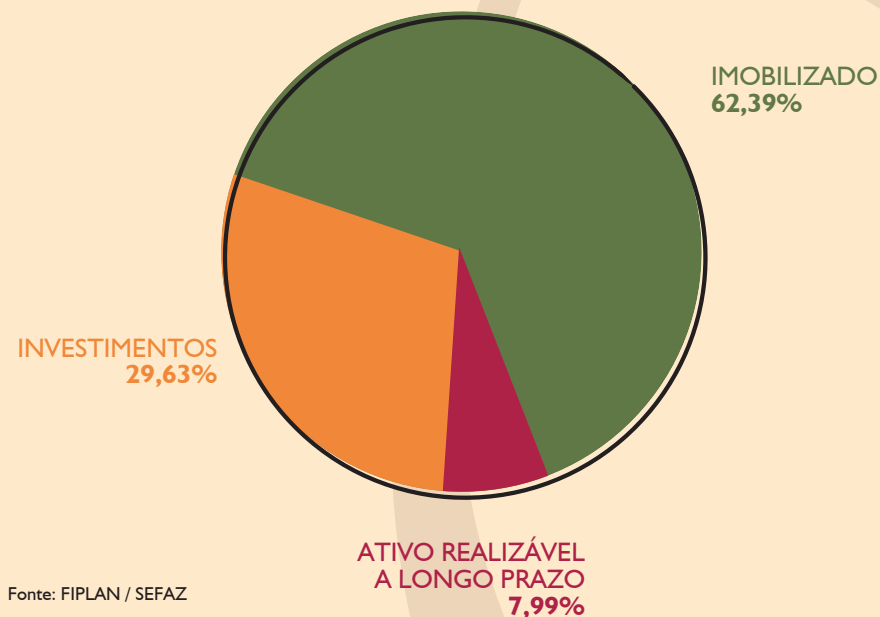


Fonte: FIPLAN / SEFAZ



Cerca de 62,39% do **ativo não circulante** correspondem ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em bens imóveis líquido da depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 29,63% e o ativo realizável a longo prazo 7,99% do ativo não circulante.

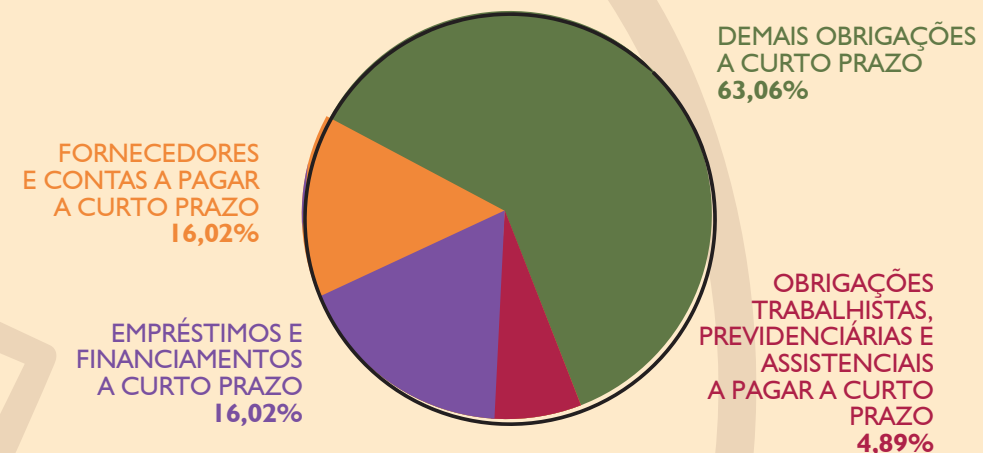
GRÁFICO 05 COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE – 2016



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

No **passivo circulante**, as demais obrigações a curto prazo representam 63,06% do total do passivo circulante, a maior parcela dos compromissos de curto prazo, que incluem as consignações, os depósitos e os convênios recebidos.

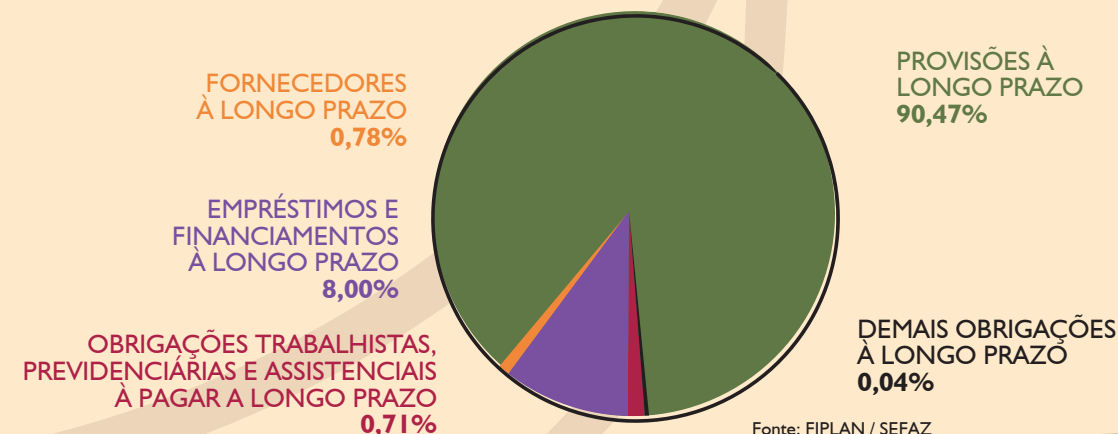
GRÁFICO 06 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE – 2016



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

Cerca de 90,47% do **passivo não circulante** correspondem às provisões a longo prazo, que abrangem, em quase sua totalidade, as provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o maior valor é o dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representam 8,00% do passivo não circulante.

GRÁFICO 07 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE – 2016



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

O que são Variações Patrimoniais?



É a demonstração que evidencia as alterações verificadas nos elementos patrimoniais da administração pública, podendo afetar, ou não, o resultado do período, o qual irá compor o patrimônio líquido no balanço patrimonial.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, e outros), direitos (créditos a receber, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

O resultado desses montantes é chamado de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Fundo ou Entidade possuem mais bens e direitos do que obrigações indicando uma situação de superávit ou déficit patrimonial, a depender das variações patrimoniais.

REFLEXO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA – Um olhar do patrimônio para o orçamento

As Variações Patrimoniais podem ou não depender da execução orçamentária. As resultantes da execução orçamentária dependem de autorização legislativa, já as que não são resultantes da execução orçamentária independem de autorização legislativa.

Analisando o patrimônio do Estado da Bahia e suas variações, é possível perceber que podem ser dependentes da execução orçamentária, a exemplo da receita de ICMS e das despesas com manutenção da máquina estatal. Como podem ser também independentes da execução orçamentária, a exemplo das oriundas dos registros das depreciações do patrimônio do Estado e das doações recebidas em bens.

Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?



Através da estrutura das Variações Patrimoniais, sendo um indicador de desempenho, o setor público mede o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA: representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público, que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos ou redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD: são as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

As Variações Patrimoniais Resumida do Estado da Bahia de 2016 estão demonstradas a seguir:

TABELA 05 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em Real

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2016	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2016
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas	151.934.024.929	Total de Variações Patrimoniais Diminutivas	162.643.729.936
Resultado Patrimonial do Período (Déficit)	10.709.705.007	Resultado Patrimonial do Período (Superávit)	-
TOTAL GERAL	162.643.729.936	TOTAL GERAL	162.643.729.936

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

O valor total das variações quantitativas aumentativas foi de R\$ 151.934.024 mil e o das variações quantitativas diminutivas alcançou R\$ 162.643.729 mil, permitindo que as alterações patrimoniais diminutivas sejam maiores que as aumentativas.

De que forma
o resultado
das Variações
Patrimoniais
afeta
o Balanço
Patrimonial?



No ano de 2016, comparando as Variações Patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas que afetam apenas o resultado patrimonial, verificou-se entre essas contas um déficit patrimonial no Estado da Bahia.

As Variações Patrimoniais devem manter vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais, de forma a permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidos pela movimentação das contas de resultado. O resultado das Variações Patrimoniais irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial positivamente se for superávit, ou negativamente se for déficit.

DVP X BALANÇO PATRIMONIAL

DVP (Resumida)
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
Impostos, taxas e Cont. Melhoria
Contribuições
Exploração de Bens, Serviços e Direitos
VPA Financeiras
Transferências e Delegações Recebidas
Valorização e Ganho com Ativos
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)
Pessoal e encargos
Benefícios Previdências e Assistenciais
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo
VPD Financeiras
Transferências e Delegações Concedidas
Desvalorização e Perda de Ativos
Tributárias
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas
Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)
TOTAL

Balanco patrimonial (Resumido)	
Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante Circulante	Passivo Não Circulante Circulante
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Patrimônio Social e Capital Social
	Reservas de Lucros
	Resultados Acumulados
	Lucros e Prejuízos do ex.
	Lucros e Prejuízos Ex. Ant.
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TOTAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
	SALDO PATRIMONIAL
COMPENSAÇÕES	
Saldo dos atos Potenciais Ativos	Saldo dos atos Potenciais Passivos
TOTAL	TOTAL

Em 2016, o déficit do resultado patrimonial do período registrado na DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais foi de R\$ 10.709.705 mil, compondo negativamente o patrimônio líquido no BP – Balanço Patrimonial.

O que é a Provisão Matemática Previdenciária?

A “Provisão Matemática” é o valor determinado através de cálculo probabilístico e financeiro que, integralizado e adicionado das contribuições vincendas, tudo devidamente capitalizado, deve formar os recursos monetários necessários para o pagamento dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. O cálculo probabilístico e financeiro é estruturado com a utilização de premissas e hipóteses de realização futura e cujas ocorrências ao longo do tempo estão sujeitas à influência dos diversos agentes financeiros, econômicos e à toda sorte de imprevistos.

Também chamada de passivo atuarial do Estado, a Provisão Matemática Previdenciária consiste no cálculo de dispêndios futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Segundo a Secretaria da Previdência Social do Governo Federal, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios assegurados por esse sistema. Realizando-se um cálculo futuro verifica-se o montante do déficit previdenciário, registrando tal valor no passivo não circulante.



Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro-resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2016.

A seguir, temos um quadro-resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF.

TABELA 06

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF		
Receita Corrente Líquida – 2016	Previsão Atualizada	Valor Realizado
	R\$ 28.519.770 mil	R\$ 28.714.179 mil

Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

TABELA 06.1

Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida				
Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	55,53	54,00	57,00	60,00
Executivo	46,32	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,63	3,06	3,23	3,40
Assembleia	1,41	1,68	1,78	1,87
TCE	0,72	0,81	0,86	0,90
TCM	0,51	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,08	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,50	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida – DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida - R\$ 16.015.641 mil	0,56	1,80	-	2,00
Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN / SICOF / SEFAZ / SAF / COPAF

TABELA 06.2

Limites Constitucionais		
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	26,06%	25,00%
Saúde	12,49%	12,00%

Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

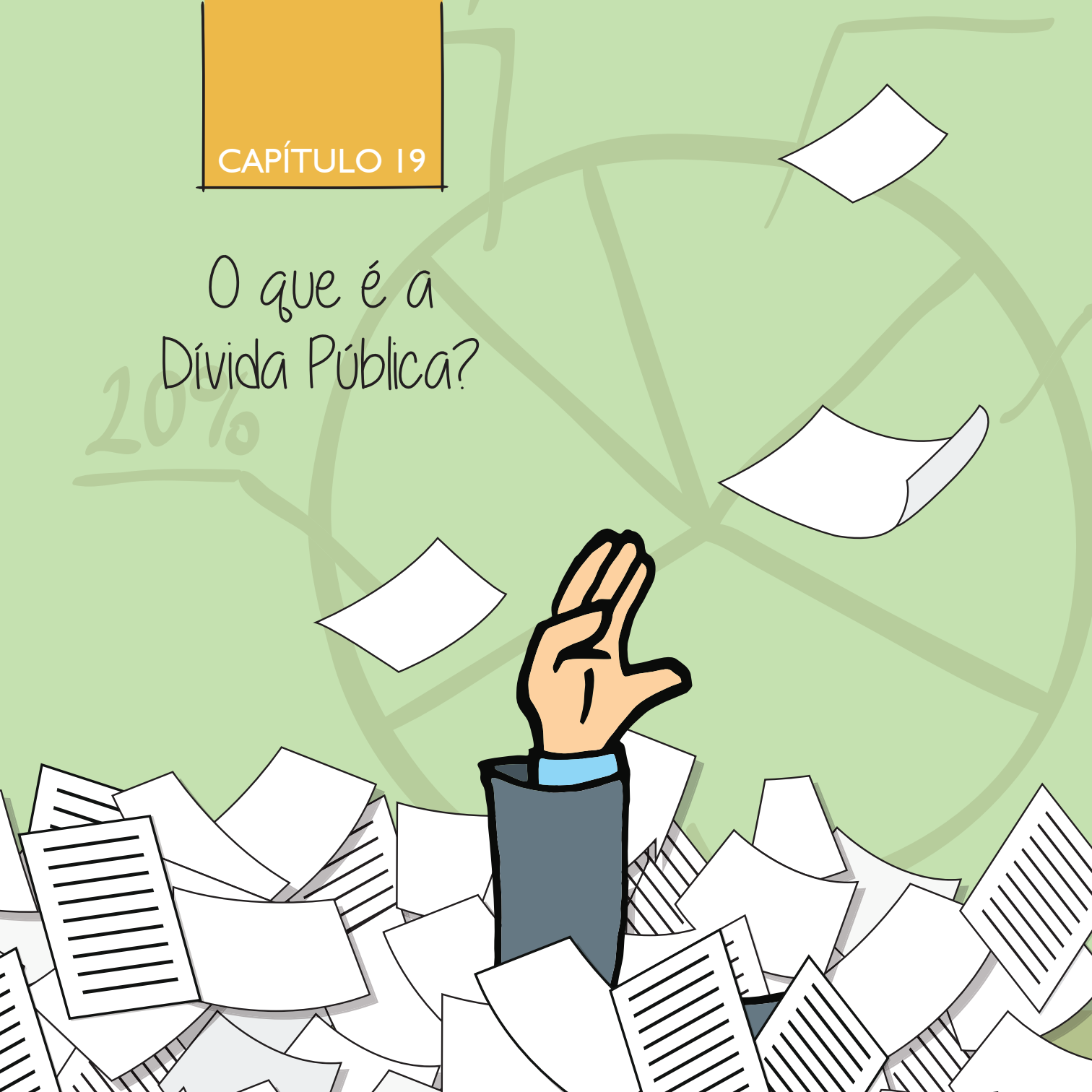
TABELA 06.3

Metas		R\$ Mil
Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	-1.117.839	-1.988.790
Resultado Nominal	351.304	-1.434.465

Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF



O que é a Dívida Pública?



Os Estados, os Municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, utilizando para isto receitas obtidas, principalmente, na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda e o consumo de empresas e trabalhadores. Entretanto, especialmente em relação aos gastos com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar da sociedade, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Neste sentido, o setor público recorre ao instrumento da dívida pública, que consiste em recursos obtidos por meio de operações de crédito contratadas junto a instituições financeiras sob o compromisso de pagamento de juros e outros encargos, assim como da devolução de tais recursos (amortização) ao longo de determinado período de tempo.

TABELA 07.1 DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2016

Discriminação	Valores em real
Dívida Interna	12.206.146.923
Dívida Externa	7.966.514.803
Dívida Total	20.172.661.726

Fonte: SDP / SEFAZ

TABELA 07.2 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2016

Discriminação	Valores em real
Caixa Econômica Federal	612.876.523
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	113.528.189
Banco Mundial	98.385.712
Banco Interamericano	73.009.607
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura	9.699.841
Total	907.499.872

Fonte: SDP / SEFAZ

TABELA 07.3 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2016

Discriminação	Valores em real
Amortização	788.437.382
Encargos	556.601.894
Total	1.345.039.276

Fonte: SDP / SEFAZ



O que é Balanço Econômico?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

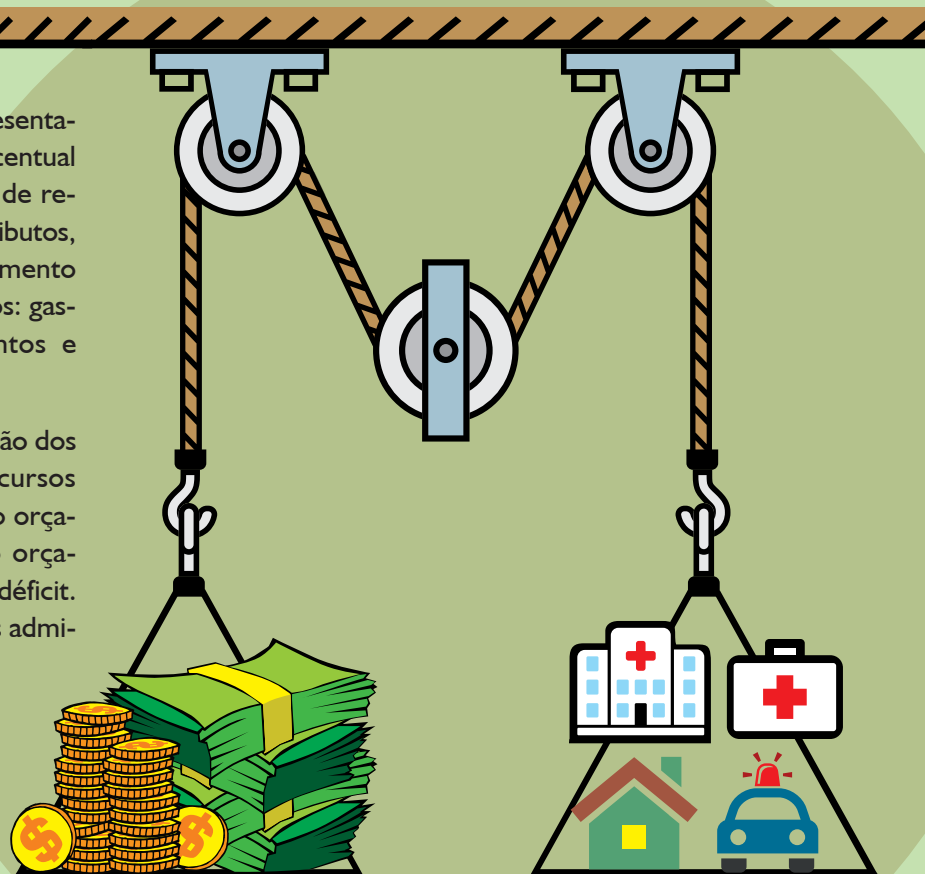


TABELA 08 BALANÇO ECONÔMICO – 2016

Valores em Reais

Recursos Obtidos		AV ⁽¹⁾	Recursos Aplicados		AV ⁽¹⁾
Da arrecadação de tributos	23.441.353.773	55,75%	Gastos com manutenção	31.135.630.239	72,81%
(-) Conta Redutora	-2.939.452.232	-6,99%	Pessoal e Encargos sociais exceto Previdência	15.475.470.734	36,19%
Da Exploração do Patrimônio Estatal	834.612.460	1,99%	Previdência	6.212.424.253	14,53%
(-) Conta Redutora	-7.667.772	-0,02%	Outros serviços de Terceiros	5.229.344.873	12,23%
De transferências Recebidas	14.241.468.991	33,87%	Material de consumo	316.939.083	0,74%
(-) Conta Redutora	-1.778.641.573	-4,23%	Locação de mão de obra	1.028.614.493	2,41%
De Alienações de Bens	10.864.900	0,03%	Demais gastos	2.872.836.803	6,72%
Do Endividamento Estatal	907.499.872	2,16%	Serviços da Dívida	1.345.039.276	3,15%
Demais receitas	7.378.927.203	17,55%	Juros e Encargos	556.601.894	1,30%
(-) Conta Redutora	-43.158.843	-0,10%	Amortização	788.437.382	1,84%
			Investimentos	4.280.406.261	10,01%
			Inversões Financeiras	250.438.118	0,59%
			Transf. Constitucionais a Municípios	5.356.067.719	12,53%
			Outras Transferências	394.535.661	0,92%
SUBTOTAL	42.045.806.779	100,00%	SUBTOTAL	42.726.117.274	100,00%
			Superávit/Déficit	-716.310.495	
TOTAL	42.045.806.779		TOTAL	42.045.806.779	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Análise Vertical. Participação do item no Subtotal

O Estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 42.045.806.779. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 23.441.353.773, ou 55,75% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 14.241.468.991, correspondente a 33,87% dos recursos obtidos.

Considerando os recursos aplicados em 2016, o valor total é de R\$ 42.762.117.274 e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 31.135.630.239, ou 72,81% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 36,19%, e a despesa com previdência, que representou 14,53%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um déficit orçamentário de R\$ 716.310.495.

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

GRÁFICO 08 RECURSOS OBTIDOS

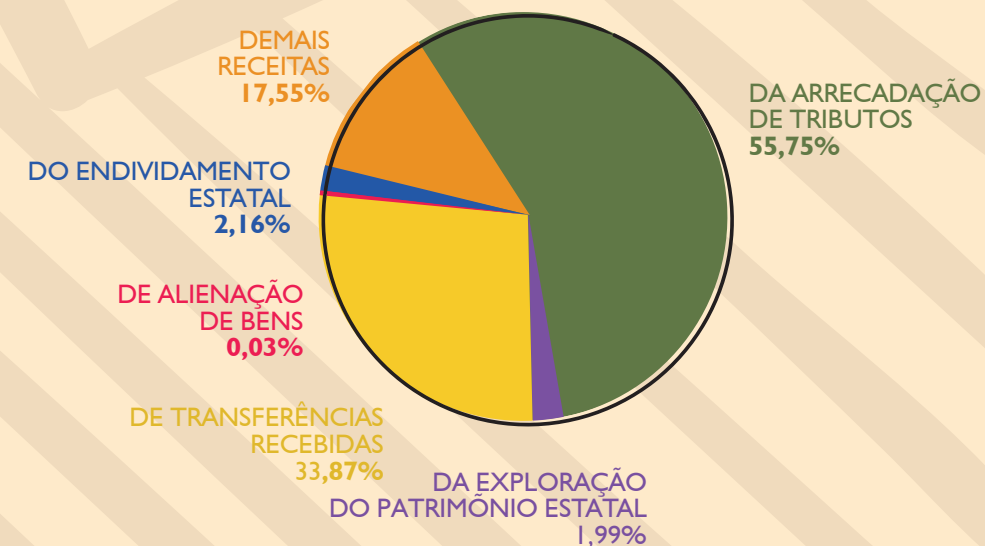
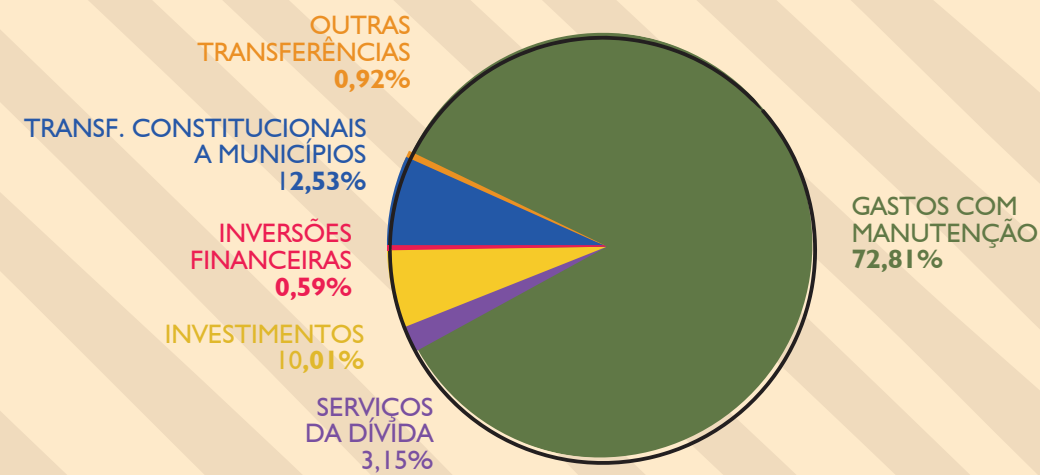


GRÁFICO 09 RECURSOS APLICADOS



EQUIPE TÉCNICA





EQUIPE TÉCNICA

Antônio Carlos Santos Costa

Carina Ramos Santos

Carlos Alberto Barreto Miranda

Caio Marcio Ferreira Greve

Erickson Sodre Afonso

Fernando Mercês Guimarães

Ionara Falcão Modesto

Itamar Araujo Gomes Junior

Laine Costa Correia Lima

Maria de Fátima Camelier de Souza Castro

Raimundo Gibernon de Almeida

Rita Conceição Vieira de Freitas

Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial

P55 Edição / André Portugal e Marcelo Portugal

Revisão de Textos

Renata Siqueira

Impressão e Acabamento

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA

Ilustrações

Thiago Durães

Ficha catalográfica

B151b Bahia (Estado). Secretaria da Fazenda
Prestação de contas anual simplificada 2016 / organizador, Carlos
Alberto Barreto Miranda ; equipe técnica, Carina Ramos Santos... [et al.] ;
ilustrações, Thiago Durães. – Salvador : P55 Edições, 2017.
76 p. : il. color.

Cartilha ilustrada contendo o resumo dos relatórios financeiros da
Gestão em 2016 do Governo do Estado da Bahia.

I. Administração Pública - Bahia. 2. Prestação de contas - 2016.
I. Bahia (Estado). Secretaria da Fazenda. II. Título.

CDD 351
CDU 35